Evolução da Justiça Eleitoral no Brasil

Autor(res)

Carine Silva Diniz
Éder Reis Ferreira De Matos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A prática do voto começou a se desenvolver pouco após a instalação dos colonizadores.
A prática de escolher administradores nas comunidades sob controle português é uma herança da tradição lusitana. Assim que os colonizadores portugueses chegavam à nova terra, iniciavam imediatamente o processo de votação para escolher aqueles que estariam à frente da administração das vilas e cidades que fundaram. Ao chegarem ao local de assentamento, o primeiro passo era a eleição do guarda-mor regente. Somente depois dessa etapa é que as cidades eram formalmente estabelecidas, já sob a supervisão da lei e da ordem. Essas eleições eram destinadas ao governo local.

Objetivo

Descrever a principal característica desses períodos históricos é a desigualdade entre os eleitores, em grande parte da história, o voto era permitido apenas a pessoas com um poder aquisitivo elevado, a determinadas classes, não abrangendo pobres, analfabetos e principalmente as mulheres que só adquiriram esse direito no ano de 1932, muito tempo depois.

Material e Métodos

A pesquisa bibliográfica é uma das mais comuns e mais usadas entre os estudantes. Assim foi feito uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas e sites.
Para Lima e Mioto (2007), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.
O material utilizado foi o Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Resultados e Discussão

A primeira menção ao voto direto para presidente e vice-presidente ocorreu na Constituição Republicana de 1891. O primeiro eleito dessa maneira foi Prudente de Morais. Após esse período, estabeleceu-se a política conhecida como café-com-leite, na qual o poder era dividido de forma alternada entre representantes de São Paulo e Minas Gerais.
Durante a República Velha, que se estende do término do Império até a Revolução de 1930, ocorreram eleições

ilegais. As fraudes e o voto de cabresto eram bastante frequentes, com os detentores de influência econômica e política manipulando os desfechos eleitorais. Numa eleição desse tipo, realizada no Rio de Janeiro, houve tantos votantes que foi necessário empossar dois governadores e duas Assembléias Legislativas.
Jairo Nicolau, cientista político e autor de uma obra sobre a história do voto, considera que a República foi um retrocesso em relação ao Império, devido à adoção do voto de cabresto.

Conclusão

O sistema eleitoral do Brasil sofreu diversas mudanças ao longo de sua história, consequência das ideologias políticas vigentes em cada período. Existiu um extenso avanço eleitoral resultante dos movimentos revolucionários experimentados em cada época.
A nossa legislação alcançou avanços significativos , incluindo a igualdade do direito ao voto para todos, sem distinção de gênero, raça, cor ou classe social. Este direito é concedido a ricos, pobres, analfabetos, alfabetizados, mulheres ..

Referências

Código Eleitoral - Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965
https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-2-ano-3/fontes-do-direito-eleitoral
https://www.camara.leg.br/noticias/122465-conheca-a-historia-do-voto-no-brasil/